

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
A RELAÇÃO ENTRE NACIONALISMO E IMPERIALISMO EM LÊNIN			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Ulisses Rubio Urbano da Silva	Instituto de Economia/UNICAMP	IE/UNICAMP	Doutorando
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O texto que aqui apresentamos faz uma leitura em torno da interpretação de Lênin sobre a relação entre imperialismo e nacionalismos. Procuramos explicitar que, na visão do autor, na época do imperialismo capitalista surgem dois nacionalismos: o dos países opressores e o dos povos oprimidos. Tomando isto em consideração, o autor argumenta que apoiar o direito à autodeterminação nacional reivindicada por povos oprimidos é coerente com a defesa do socialismo, desde que o movimento por libertação nacional não tenha o nacionalismo como fim.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Imperialismo; Lênin, V. I.; Nacionalismo			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The text presented here is a reading on the interpretation of Lenin on the relationship between imperialism and nationalism. We try to explain that, in the author's view, at the time of capitalist imperialism emerge two nationalisms: the nationalism of the oppressor peoples and the nationalism of the oppressed peoples. Taking this into account, the author argues that support the right to national self-determination claimed by oppressed peoples is consistent with the defense of socialism, since the movement for national liberation has not nationalism as an end.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Imperialism, Lenin, V. I.; Nationalism			
EIXO TEMÁTICO			
Mercado Mundial, imperialismo e luta de classes			

A RELAÇÃO ENTRE NACIONALISMO E IMPERIALISMO EM LÊNIN¹

Ulisses Rubio Urbano da Silva

The epoch of imperialism has turned all the “great” powers into the oppressors of a number of nations, and the development of imperialism will inevitably lead to a more definite division of trends in this question in the international Social-Democracy as well.

(Lenin, Collected works, vol. 22, p. 360)

A questão nacional ocupou importante espaço na discussão marxista do início do século XX. Entre os principais envolvidos no debate estavam Rosa Luxemburgo, Otto Bauer, Kautsky e Lênin. E, embora Hilferding não tenha escrito sobre o assunto especificamente, este autor tangenciou o tema ao tratar do capital financeiro. Nas linhas que seguem abaixo, nos restringiremos às posições de Lênin e abordaremos a análise de Hilferding na medida em que consideramos pertinente para compreendermos o argumento de Lênin. O intuito não é fazer um balanço sobre erros ou acertos entre os autores, mas compreender o argumento de Lênin, a saber: que a defesa do direito das nações à autodeterminação é coerente com a proposição do socialismo. A realização desta intenção inicial apontou para a necessidade de entender a relevância das modificações no modo de produção capitalista na virada do século XIX para o século XX, a constituição do imperialismo capitalista. Portanto, o artigo procura excogitar sobre o papel da defesa do direito das nações, mais precisamente as nações oprimidas, à autodeterminação para o estabelecimento do socialismo, tendo em vista que os movimentos por libertação nacional à época se faziam sob uma nova fase do capitalismo, o capitalismo imperialista.

Em sua explanação, Lênin enfatiza a necessidade de interpretar a questão nacional, como qualquer outra questão social apreciada pela ótica marxista, em sua situação concreta. Para o militante, isto implicava considerar o direito das nações à autodeterminação como uma reivindicação democrática a ser analisada no interior de relações políticas que somente podiam ser apreendidas considerando suas particularidades conectadas a uma época histórica. Por isto,

¹ Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior que realizo no curso de Doutorado em Desenvolvimento Econômico do IE/UNICAMP na qual investigo as relações entre marxistas brasileiros e o nacionalismo nas décadas de 1950 e 1960.

o autor assinalou, em seu escrito de 1914, a diferença dos movimentos nacionais em duas épocas distintas:

Em primeiro lugar significa a necessidade de distinguir rigorosamente duas épocas do capitalismo, radicalmente diferentes, do ponto de vista dos movimentos nacionais. Por um lado, é a época da queda do feudalismo e do absolutismo, a época da constituição da sociedade e do estado democrático-burgueses, em que os movimentos nacionais adquirem, pela primeira vez, um caráter de massa, fazem participar da política de uma forma ou de outra, *todas* as classes da população, através da imprensa, da participação nas instituições representativas, etc. Por outro lado, temos diante de nós a época dos estados capitalistas plenamente formados, com um regime constitucional há muito estabelecido, com um antagonismo fortemente desenvolvido entre o proletariado e a burguesia, época a que se pode chamar de véspera da extinção do capitalismo (LÊNIN, 1979, p. 515)².

Destaquemos o modo pelo qual Lênin denomina a segunda “época” do capitalismo: “véspera da extinção do capitalismo”. O autor não utiliza o termo *imperialismo*. Voltaremos a isto mais adiante. Por ora, atentemos para a forma como o autor trata a questão nacional por uma perspectiva histórico concreta. A diferenciação entre duas épocas do capitalismo, ainda que não definida como imperialismo, o permite representar um todo dentro do qual devem ser tratadas as particularidades dos movimentos nacionais em questão, os da segunda época do capitalismo.

Apreendido os nexos do todo como uma época histórica, a análise da questão nacional a partir de uma perspectiva histórico concreta requer ainda investigar as particularidades destes movimentos nacionais. Tais particularidades são concebidas partindo-se do reconhecimento do desigual desenvolvimento capitalista em diferentes países. Isto é realizado salientando-se “as diferenças entre países com transformações democrático-burguesas há muito terminadas e aqueles onde elas não estão terminadas”. Mas somente isto não explica as particularidades. Antes, o autor analisou, na estrutura do modo de produção capitalista, o papel do Estado nacional. O movimento nacionalista democrático-burguês é visto como uma reivindicação para a constituição de um Estado nacional independente. Tal reivindicação se faz necessária à

² O texto *Sobre o direito das nações à autodeterminação* foi escrito e publicado pela primeira vez em 1914.

medida que o capitalismo se desenvolve num determinado “país”. Isto porque o desenvolvimento do capitalismo requer a constituição e conquista do mercado interno pela burguesia local, que são melhor atendidas pela instauração de um Estado nacional.

Em todo o mundo a época da vitória definitiva do capitalismo sobre o feudalismo esteve ligada a movimentos nacionais. A base econômica destes movimentos consiste em que para a vitória total da produção mercantil é indispensável a conquista do mercado interno pela burguesia, é indispensável a coesão estatal dos territórios com uma população da mesma língua, com o afastamento de todos os obstáculos ao desenvolvimento dessa língua e a sua fixação na literatura. A língua é o meio mais importante de comunicação entre os homens; a unidade da língua e o seu livre desenvolvimento é uma das mais importantes condições de uma circulação comercial realmente livre e ampla, que corresponde ao capitalismo moderno, de um agrupamento livre e amplo da população em cada uma das classes, finalmente, é a condição de uma estreita relação do mercado com cada patrão, grande ou pequeno, com cada vendedor e comprador.

A formação de *Estados nacionais*, que são os que melhor satisfazem estas exigências do capitalismo moderno, é por isso a tendência de qualquer movimento nacional. Os mais profundos fatores econômicos empurram para isso, e para toda a Europa Ocidental — mais do que isso: para todo o mundo civilizado — o que é *típico* e normal para o período capitalista é o Estado nacional (LÊNIN, 1979, p. 512).

Neste ponto podemos visualizar duas temporalidades se entrelaçando. Num tempo mais longo, o capitalismo se constitui e consolida criando ao mesmo tempo mercados internos e Estados nacionais. Esta característica permanece durante a segunda época do capitalismo. Mas como o desenvolvimento capitalista é desigual, uma característica desta segunda época do capitalismo consiste em que enquanto em alguns países o mercado interno e o Estado nacional estão consolidados, em outros ainda estão em desenvolvimento. Isto confere a particularidade dos movimentos nacionais desta segunda época do capitalismo: eles são empurrados pelo capitalismo ainda não consolidado nestes “países” e para esta consolidação o mais adequado é a instituição de um Estado nacional independente. Isto não implicava que o proletariado deveria

tomar para si as reivindicações da burguesia. Mas é a direção a que vai o movimento nacional que deveria ser apoiada e levada ao limite, até o qual a burguesia não poderia apoiar.

Mas a política do proletariado na questão nacional (tal como nas demais questões) somente apoia a burguesia numa direção determinada, mas nunca coincide com a sua política. A classe operária apoia a burguesia somente no interesse da paz nacional (que a burguesia não pode dar inteiramente e que só é realizável na medida de uma *completa* democratização), no interesse da igualdade de direitos, no interesse da melhor situação para a luta de classes (LÊNIN, 1979, p. 522).

O estabelece uma diferença entre autodeterminação e nacionalismo. O nacionalismo da burguesia, na medida em que se restringe ao seu ideal de constituir para si o mercado interno, não pode levar ao limite a reivindicação por igualdade. Deste ponto de vista, os trabalhadores são “inimigos de qualquer nacionalismo”. Esta direção, a reivindicação por igualdade, somente pode ser compreendida tendo em consideração a oposição entre nações opressoras e nações oprimidas. A reivindicação à independência política, isto é, à autodeterminação como entendida por Lênin, por uma nação oprimida intenta liquidar a opressão sofrida por outra nação. Neste sentido Lênin a compreende como igualitária. Isto coloca à classe trabalhadora uma dupla tarefa quanto à questão nacional: apoiar a luta da nação oprimida contra a nação opressora e negar qualquer tipo de nacionalismo burguês, ou de “exclusividade social”, mesmo que de nações oprimidas.

Na medida em que a burguesia da nação oprimida luta contra a opressora, nessa medida nós somos sempre e em todos os casos e mais decididamente que ninguém a favor, pois nós somos os inimigos mais audazes e consequentes da opressão. Na medida em que a burguesia da nação oprimida defende o seu nacionalismo burguês, nós somos contra. Luta contra os privilégios e as violências da nação opressora e nenhuma tolerância para com a aspiração aos privilégios por parte da nação oprimida (LÊNIN, 1979, p. 523).

Retomando, também, a análise da questão nacional inserida nas relações de forças políticas numa situação concreta, Lênin entende que negar o direito à autodeterminação é compactuar com os interesses de nações opressoras.

no Estado capitalista a negação da liberdade de autodeterminação, isto é, de separação das nações, significa apenas a defesa dos privilégios da nação dominante e dos métodos policiais de administração em detrimento dos democráticos (LÊNIN, 1979, p. 532).

A partir desta dupla tarefa a classe trabalhadora pode realizar a união internacional. Apoiar o direito das nações oprimidas à sua autodeterminação e negar que a independência política da nação oprimida seja utilizada pela burguesia deste país para atrair o proletariado para uma inversão da posição deste país nas relações interestatais. Correndo o risco de repetição, precisamos deixar claro. A defesa do direito à autodeterminação não significa apoiar um projeto de ascensão hierárquica do Estado nacional nas relações interestatais, não significa deixar de ser nação oprimida para ser uma potência. Qualquer apoio da classe trabalhadora a este nacionalismo burguês impediria a união internacional da classe operária. Ou seja, negar o direito a autodeterminação significa apoiar a nação opressora, mas exigir libertação nacional nos moldes do nacionalismo burguês significa reivindicar privilégios à burguesia. A reivindicação verdadeiramente democrática para a qual deve estar atenta a classe trabalhadora consiste em extinguir todo e qualquer privilégio.

Os interesses da classe operária e da sua luta contra o capitalismo exigem a plena solidariedade e a mais estreita unidade dos operários de todas as nações, exigem a resistência à política nacionalista da burguesia de qualquer nacionalidade. Por isso seria fugir às tarefas da política proletária e subordinar os operários à política burguesa tanto se os sociais-democratas passassem a negar o direito à autodeterminação, isto é, o direito das nações oprimidas à separação, como se os sociais-democratas comessem a apoiar todas as reivindicações nacionais da burguesia das nações oprimidas (LÊNIN, 1979, p. 533).

Desta maneira, a defesa do direito à autodeterminação das nações não significa posições nacionalistas. O princípio pelo qual se faz a defesa do direito à autodeterminação é a democracia e não o nacionalismo.

O período no qual as teses de 1916, sobre a relação entre direito à autodeterminação e revolução socialista, foram escritas coincide, embora seja um período menor, com o período em que Lênin escreveu o livro *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. Não por acaso, as

teses mencionam o *imperialismo* como fase superior do capitalismo. O texto que retoma as teses foi escrito logo após o livro sobre imperialismo³. Consideramos que a interpretação sobre a nova fase do capitalismo permitiu a Lênin qualificar a questão nacional com novos elementos. Desta maneira, trataremos os dois textos sobre autodeterminação das nações e revolução socialista em conjunto, após abordar o texto sobre imperialismo. Antes, é preciso ocupar-nos com a interpretação de Hilferding sobre a relação entre o capital financeiro e o nacionalismo. Este autor notou a reivindicação por libertação nacional nas colônias como consequência do imperialismo. A partir dele, Lênin estende o caráter antiimperialista para demais países oprimidos pela política imperialista. Além disso, Hilferding também notou a diferença entre o nacionalismo nas colônias e o nacionalismo dos países capitalistas avançados.

Hilferding: exportação de capital e desenvolvimento capitalista nas colônias; nacionalismo nos países capitalistas avançados e nacionalismo nas colônias

Ao analisar a política de Estado do capital financeiro, Hilferding (1985) notou que a política protecionista a partir de fins do século XIX principiou a tomar novos contornos. O protecionismo deixa de ser uma política destinada a assegurar o mercado interno para a burguesia local e torna-se uma política ativa do capital nacional para a conquista de mercados externos. Nesta reformulação a proteção deve garantir lucro na venda interna suficientemente alto para permitir a venda no exterior a preços menores que o do concorrente externo. Ocorre, entretanto, que esta mesma política protecionista é adotada por outros países. Neste caso, os países capitalistas avançados deixam de exportar mercadorias e tornam-se exportadores de capitais para aproveitarem o lucro extra garantido pela política protecionista do país concorrente e gerado no território deste.

A adoção de tarifas protecionistas por parte de outro país na verdade significa como dantes uma restrição da possibilidade de vendas para o país exportador e, portanto, um entrave para seu desenvolvimento industrial. O protecionismo supõe no respectivo país um lucro extra e torna-se razão para levar para lá ao invés da mercadoria, a produção de mercadorias. (...) Dessa forma, torna-se possível ao capital de um país desenvolvido vencer as consequências nocivas

³ *The socialist revolution and the right of nations to self-determination (theses)* foi escrito entre janeiro e fevereiro de 1916 e publicado em abril do mesmo ano. *The discussion on self-determination summed up* foi escrito em julho de 1916 e publicado em outubro do mesmo ano. *Imperialismo: fase superior do capitalismo* foi escrito entre janeiro e junho de 1916 e publicado em meados de 1917.

do sistema protecionista nos seus efeitos sobre a taxa de lucro, mediante o expediente da exportação de capital (HILFERDING, 1985, p. 291).

Por outro lado, o protecionismo, ao garantir o lucro extra no mercado interno, estimula também a exportação de capital para países nos quais as relações de produção não são ainda capitalistas, mas no qual começarão a ser implantadas. Neste caso, para garantir os lucros extras derivados do monopólio, a ânsia pela colonização caminha junto com a exportação de capital com a finalidade de ampliar o máximo possível o território econômico. Portanto, o protecionismo proporciona tanto a “internacionalização do capital” (caso em que se exporta capital para países que também utilizam tarifas protecionistas) como a “difusão do capitalismo” (caso em que se exporta capital para países onde não há produção capitalista).

Dessa forma, a exportação de capital, poderosamente estimulada de outro modo pelo protecionismo do próprio país, é fomentada igualmente pelo país estrangeiro e, ao mesmo tempo, contribui para a difusão do capitalismo em escala mundial e para a internacionalização do capital (1985, p. 295).

No caso dos mercados colonizados, a forma de expansão do capital na sua fase imperialista, isto é, a forma de reprodução ampliada do capital financeiro, exige também alterar a política praticada pelos países exportadores de capital sobre a colônia. Isto é, a prática de expansão do mercado externo típica do capital financeiro, a exportação de capital, impele não apenas a colonização, mas um novo arranjo político da colonização. Durante a colonização do capital mercantil respeitava-se a organização política da área colonizada, desde que nela existisse uma abertura para troca de mercadorias. A colonização do capital financeiro tenta por todos os meios implementar “uma legislação correspondente ao capitalismo” (HILFERDING, 1985, p. 302). Retomando o argumento de que a exportação de capital também desenvolve relações capitalistas de produção, não é somente a organização política que se altera, mas toda a organização social. A organização social capitalista desenvolvida nas colônias e o antagonismo advindo da pressão colonizadora conduzem, nas colônias, ao desejo de libertação expresso pela reivindicação de constituição de um Estado nacional próprio.

Mas, nos países recém abertos, o capitalismo importado acirra por sua vez os antagonismos e excita a crescente resistência dos povos que despertam para a consciência nacional contra os invasores. Esta pode facilmente recrudescer a

tomada de medidas perigosas contra o capital estrangeiro. As velhas relações sociais são totalmente revolucionadas, rompe-se a milenária vinculação agrária das ‘nações sem história’, que inclusive são submersas no turbilhão capitalista. O próprio capitalismo confere paulatinamente aos subjugados os meios e os caminhos para a sua liberação. A meta que outrora era o mais alto ideal das nações europeias – a criação do Estado nacional coeso, como meio de alcançar a liberdade econômica e cultural – torna-se também a meta dessas nações subjugadas (HILFERDING, 1985, p. 302).

Na Europa, entretanto, não é a anexação, como nas colônias, que acompanha a prática do capital financeiro, a exportação de capital. A fragmentação estatal na Europa coloca os diferentes capitais nacionais em interesses econômicos antagônicos. A competição por anexação de territórios, as colônias, repercute na relação entre os países Europeus. A desigualdade econômica entre os países torna os países mais fracos dependentes dos mais fortes. Dependência esta perpetrada também através da exportação de capital. Se anteriormente as exportações de capitais para esses países objetivavam instalar indústria de bens de consumo, para o capital financeiro trata-se de territórios a serem utilizados para extrair matérias-primas para suas indústrias. Estes países tornam-se, assim, “países de segunda ordem”.

O despertar capitalista das nações da Europa oriental e da Ásia é acompanhado de mudanças de poder que, repercutindo nos grandes países, também podem levar à descarga dos antagonismos aqui existentes (HILFERDING, 1985, p. 312).

Disputas por anexação de territórios e manutenção de condições monopolísticas nestes, disputas por assegurar a dependência dos países de segunda ordem e mantê-los dentro de sua área política fazem com que o capital financeiro exija um Estado forte, capaz de representar seus interesses internacionalmente, pela mediação da diplomacia se possível, mas apoiada em sua capacidade coercitiva disponível para ser utilizada: “o poder político do Estado no mercado mundial se tornou um meio competitivo do capital financeiro” (HILFERDING, 1985, p. 312). Esta forma de atuação política do capital põe a nu a impossibilidade de manter o direito a cada nação de constituir seu próprio Estado. Impossibilita, portanto, o ideal democrático de igualdade. Para a nação dominadora, a subjugação de outras passa a ser justificada por uma superioridade natural à qual às nações subjugadas devem servir.

Fundamentado economicamente, é justificado ideologicamente pelo natural desvio com relação à ideia nacional que não reconhece mais o direito de todas as nações à autodeterminação e independência políticas e que já não é, de acordo com o critério nacional, uma expressão da doutrina democrática da igualdade de todos aqueles que têm uma face humana. Ao contrário, a preferência econômica pelo monopólio reflete-se na posição preferencial que deve vir ao encontro da própria nação. Esta se apresenta como a eleita ante todas as demais. Como a submissão de nações estrangeiras ocorre pela força e, portanto, de modos muito naturais, à nação dominadora parece que sua dominação se deve às suas próprias qualidades naturais especiais, isto é, às suas características raciais (HILFERDING, 1985, p. 315).

Em síntese, o que procuramos destacar nesta interpretação de Hilferding é como na fase do capitalismo cuja principal característica é a constituição do capital financeiro, se colocam em antagonismo dois nacionalismos diferentes. O do(s) país(es) dominante(s), que tem que negar o ideal democrático de igualdade; e o nacionalismo das nações subjugadas, o qual reivindica sua liberdade nos moldes dos ideais burgueses do século XIX, isto é, pela constituição de seu próprio Estado nacional.

Retornando a Lênin: países dependentes do capital financeiro a partir da análise estrutural da nova época do capitalismo, o imperialismo

Pensamos ter mostrado na primeira sessão que para Lênin a melhor maneira de examinar a questão nacional seria partindo da análise histórico concreta. Isto implica, num primeiro momento, situar a questão no que ele chamou de “época histórica”. Ao diferenciar a época histórica dos movimentos nacionais do início do século XX, no entanto, o autor não havia ainda interpretado este período como *imperialismo*. Em seus escritos de 1916 que aqui analisamos, o conteúdo desta nova fase do capitalismo é analisado pelos elementos essenciais característicos desta época e a partir dos quais se conformam os nexos causais da totalidade da nova fase do capitalismo. Sem querer aqui fazer uma exegese da interpretação de Lênin sobre o imperialismo, interessa-nos apreender os elementos que permitiram ao autor estender para outros países – não coloniais, mas dependentes dos países imperialistas – a ideia de Hilferding de que a política colonialista do capital financeiro fazia surgir nas colônias movimentos de liberação nacional através da reivindicação de um Estado independente.

O aspecto característico e elementar do imperialismo é a transformação da concorrência em monopólio e as relações de domínio e violência dela resultantes.

As relações de domínio e violência que elas implicam, eis o que é típico da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo, eis o que necessariamente deveria resultar, e que efetivamente resultou da formação de monopólios econômicos todo-poderosos (LÊNIN, 1987, p. 27).

Mas é preciso qualificar o que é este monopólio. Primeiro a concentração bancária, a qual permite a um número reduzido de instituições controlar a quase totalidade do capital-dinheiro. A concentração permite aos bancos conhecer com maior precisão as condições econômicas de seus clientes industriais e, a partir disto, deter maior controle sobre eles. Isto não significa que o capitalista industrial fica dependente do capitalista bancário. Ao mesmo tempo, ocorre uma *união pessoal* dos bancos e das grandes empresas industriais e comerciais. Utilizando a interpretação de Bukharin, Lênin irá caracterizar esta união pessoal como uma “interpenetração do capital bancário e do capital industrial” (LÊNIN, 1987, p. 42). Conjuntamente, esse capital unificado se espalha por diferentes ramos da produção. “A velha luta entre o pequeno e o grande capital recomeça, mas num grau de desenvolvimento infinitamente superior” (LÊNIN, 1987, p. 43). Tendo considerado a importância da formação dos monopólios, Lênin a incorpora na definição de Hilferding de *capital financeiro*, sem deixar de reconhecer que este autor também havia sublinhado a importância dos monopólios em sua análise. “Concentração da produção tendo como consequência os monopólios; fusão, ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do capital financeiro e o conteúdo desta noção” (LÊNIN, 1987, p. 46).

Estes monopólios são geridos por um pequeno grupo de pessoas, a oligarquia financeira. O poder de controle desta oligarquia é aumentado por meio do sistema de participações. A emissão de ações torna possível a uma empresa deter o controle sobre a outra sem precisar deter o todo o capital dela. Isto libera capital para a primeira empresa aplicar em outras. Ademais, a segunda empresa pode, pelo mesmo mecanismo, deter controle sobre outras. Assim, o conselho administrativo da primeira empresa pode controlar várias outras. Com isto amplia seu controle sobre a economia não somente nacional, mas também mundial. Monopolizam, desta maneira, não somente empresas bancárias, industriais e comerciais, mas também as emissões de títulos e os empréstimos aos Estados.

O capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos bancários, etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio das oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas (LÊNIN, 1987, p. 52).

As emissões de títulos concentravam-se nos países capitalistas mais avançados, tornando os demais países devedores e contribuintes dos primeiros. É por isto, que o imperialismo, fase de domínio do capital financeiro, significa não somente hegemonia da oligarquia financeira, mas também privilégio de alguns Estados em detrimento de outros.

A supremacia do capital financeiro sobre todas as outras formas do capital significa a hegemonia dos que vivem dos rendimentos e do oligarca financeiro; significa uma situação privilegiada de um pequeno número de Estado financeiramente ‘poderosos’ em relação a todos os outros (LÊNIN, 1987, p. 58).

Por outro lado, a exportação de capitais era o instrumento pelo qual, ao absorver outros países para o modo de produção capitalista, tornava possível às oligarquias financeiras das potências capitalistas ampliarem seu domínio internacional. A exportação de capital é a “[s]ólida base para a opressão e a exploração imperialista da maior parte dos países e dos povos do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados opulentos!” (LÊNIN, 1987, p. 62).

A exportação de capital não é realizada apenas através de investimentos diretos. Outra forma é mediante o capital de empréstimos. Neste caso, o capital financeiro impõe a sua lógica monopolística: condiciona os empréstimos à compra de mercadorias e através desta condicionalidade assegura para si zonas de influência, que são áreas onde a dominação não se realiza diretamente por meio da colonização. Por estas duas formas, colonização e zonas de influência, o capital financeiro opera a partilha do globo. No imperialismo esta partilha atinge um patamar superior cuja principal característica é a ocupação de todos os territórios do planeta. Portanto, a partilha do mundo pelos países capitalistas avançados não se limita apenas a áreas colonizadas, mas também a países não coloniais e semicoloniais. A partilha do mundo assim conduzida significa, como outra face correspondente, a diferentes formas de dependência.

Desde o momento em que, na época do imperialismo capitalista, se põe a questão da política colonial, deve notar-se que o capital financeiro e a política internacional que com ele se conforma e que se reduz à luta pela partilha econômica e política do mundo entre as grandes potências, criam entre os Estados diversas formas *transitórias* de dependência. Esta época não se caracteriza apenas pelos dois principais grupos de países: possuidores de colônias e colonizados mas ainda por variadas formas de países dependentes que, gozando nominalmente de independência política, na realidade, estão presas nas redes de uma dependência financeira e diplomática (LÊNIN, 1987, p. 84).

Um caso é dado pelos países semicoloniais. Mas o autor também inclui nesta categoria de países dependentes a Argentina e Portugal. Assim, no imperialismo a opressão nacional e a violação da independência nacional são agravadas, ocasionando reação dos povos oprimidos. Neste momento, Lênin cita a passagem de Hilferding que transcrevemos acima, na qual este apresenta a reação das colônias em forma de reivindicação a um Estado nacional independente. Lênin estende a reação à opressão nacional também aos demais países os quais o capital financeiro torna dependente.

A isto [à passagem de Hilferding] é preciso acrescentar que não é apenas nos países recentemente descobertos mas também nos antigos que o capitalismo conduz ao agravamento do jugo nacional e, portanto, à exasperação da resistência (LÊNIN, 1987, p. 120).

Resta ainda um último aspecto da análise de Lênin. Apoiado em um argumento de Hobson, Lênin diz que o parasitismo dos Estados capitalistas avançados, realizados sobre a estrutura monopolística que explora colônias e países dependentes, torna possível corromper uma camada superior da classe trabalhadora das potências capitalistas. Desta maneira, a ideologia imperialista penetra na classe trabalhadora. Este aspecto é importante para Lênin inserir a questão nacional no âmbito das correlações de força políticas.

Lênin: imperialismo e autodeterminação das nações

Retornemos para o exame do militante sobre o direito das nações à autodeterminação, agora apoiado numa arguta observação dos nexos causais que conferem uma totalidade entre os elementos essenciais característico desta época histórica, a fase do capitalismo imperialista.

Retomemos a ideia explicitada no início deste artigo, e a qual Lênin sempre evocava, de que a análise da questão nacional, ou qualquer outra questão social, deveria ser pensada no interior de uma época histórica. A análise da estrutura da época histórica dos movimentos nacionalistas sobre os quais Lênin se debruçava fora realizada concebendo o período do capitalismo imperialista. Isto proporcionava ao autor salientar as singularidades deste período das quais emergia um novo significado aos movimentos nacionais:

O imperialismo compele as massas nesta luta ao aguçar contradições de classe numa escala superior, por piorar as condições das massas tanto economicamente – trustes, alto custo de vida – como politicamente – o crescimento do militarismo, guerras mais frequentes, maior poder de reação, intensificação e expansão da opressão nacional e da espoliação colonial. O socialismo vitorioso deve necessariamente estabelecer uma completa democracia e, conseqüentemente, não apenas introduzir total igualdade entre as nações mas também realizar o direito das nações oprimidas à autodeterminação, isto é, o direito à livre separação política (LÊNIN, 1964a, p. 143 – tradução livre)⁴.

Precisamente porque sob o imperialismo capitalista, ou mesmo simplesmente sob o capitalismo, as reivindicações democráticas não podem ser levadas todas ao seu limite é que a reivindicação à autodeterminação nacional só é possível no socialismo. Este aqui entendido como uma fase de transição para o comunismo. Nesta fase de transição as demandas democráticas poderiam ser levadas ao limite. É por isto que o direito à autodeterminação das nações não deve ser negado, mas ser reivindicado como um ideal democrático a ser exercido num sentido revolucionário contra a burguesia.

⁴ Imperialism forces the masses into this struggle by sharpening class contradictions on a tremendous scale, by worsening the conditions of the masses both economically – trusts, high cost of living – and politically – the growth of militarism, more frequent wars, more powerful reaction, the intensification and expansion of national oppression and colonial plunder. Victorious socialism must necessarily establish a full democracy and, consequently not only introduce full equality of nations but also realise the right of the oppressed nations to self-determination, i.e., the right to free political separation.

O aumento da opressão nacional sob o imperialismo não significa que a Socialdemocracia deveria rejeitar o que a burguesia chama de “utópica” luta pela liberdade das nações separarem-se mas, ao contrário, ela deveria fazer grande uso dos conflitos que aumentam nesta esfera, *também*, como terreno para a ação de massa e para ataques revolucionários contra a burguesia (LÊNIN, 1964a, p. 146 – tradução livre)⁵.

Por fim, a luta pela libertação nacional das nações oprimidas não nega a unidade internacional do movimento proletário. Como o capitalismo dividiu todo o globo entre poucas nações opressoras e as demais oprimidas e porque esta divisão faz surgir nas nações opressoras uma parte do proletariado que compartilha da ideologia imperialista ao se beneficiar com algumas benesses proporcionadas pela exploração de outras nações, o proletariado das potências capitalistas foi dividido em duas partes. A segunda parte é aquela que não pode libertar-se a si mesma sem libertar as nações oprimidas.

O importante não é se um quinto ou um centésimo das pequenas nações é liberado antes da revolução socialista, mas o fato de que na época do imperialismo, devido a causas objetivas, o proletariado divide-se em dois campos internacionais, um dos quais tem sido corrompido pelas migalhas que caem da mesa da burguesia da nação dominante – obtida, entre outras coisas, da dupla ou tripla exploração das pequenas nações – enquanto a outra não pode liberar a si mesma sem liberar as pequenas nações, sem educar as massas num espírito antichauvinista, antianexações e autodeterminacionista (LÊNIN, 1964b, p. 343 – tradução livre)⁶.

Lembremos que Hilferding havia notado a existência de dois nacionalismos diferentes perante a política internacional do capital financeiro: o nacionalismo que reivindica libertação

⁵ Increased national oppression under imperialism does not mean that Social-Democracy should reject what the bourgeoisie call the ‘utopian’ struggle for the freedom of nations to secede but, on the contrary, it should make greater use of the conflicts that arise in this sphere, *too*, as grounds for mass action and for revolutionary attacks on the bourgeoisie.

⁶ The important thing is not whether one-fiftieth or one-hundredth of the small nations are liberated before the socialist revolution, but the fact that in the epoch of imperialist, owing to objective causes, the proletariat has been split into two international camps, one of which has been corrupted by the crumbs that fall from the table of the dominant-nation bourgeoisie – obtained, among other things, from the double or triple exploitation of small nations – while the other cannot liberate itself without liberating the small nations, without educating the masses in a anti-cahauvinist, i.e., anti-annexationist, i.e., ‘selfdeterminationist’, spirit

nacional e o nacionalismo xenófobo imperialista. Como para Lênin uma parcela do proletariado comunga da ideologia imperialista, fortalece ainda este nacionalismo xenófobo. Mas a outra parte dos trabalhadores não o faz. A esta reside o potencial internacionalista que somente pode ser efetivado ao apoiar a reivindicações das nações oprimidas pelo direito à autodeterminação nacional. Daí a negação ao direito a autodeterminação nacional das nações oprimidas significar, nesta relação de forças políticas concretas situadas na época histórica do imperialismo capitalista, convivência com a ideologia imperialista.

Por outro lado, os trabalhadores das nações oprimidas devem unir-se a esta segunda tendência do movimento operário, e não unir-se à burguesia de seu país mediante quaisquer tipos de apelo nacionalista.

Por outro lado, os socialistas das nações oprimidas devem, em particular, defender e implementar a completa e incondicional unidade, incluindo unidade organizacional, dos trabalhadores da nação oprimida e aqueles da nação opressora. Sem isto é impossível defender a política independente do proletariado e sua solidariedade de classe com o proletariado dos outros países em face de todo o tipo de intrigas, deslealdade e trapaça da parte da burguesia. A burguesia das nações oprimidas utiliza persistentemente o slogan da libertação nacional para enganar os trabalhadores (LÊNIN, 1964a, p. 148 – tradução livre)⁷.

Concluindo, ao analisar a questão nacional no interior dos nexos causais entre elementos que conferem totalidade a uma mesma época histórica, Lênin pôde captar uma singularidade nos movimentos por libertação nacional das nações oprimidas resultante da exasperação da resistência à subjugação nacional que é proporcionada pela própria forma do desenvolvimento desigual do capitalismo. No seu bojo esta resistência trazia um caráter democrático igualitário, mas também um nacionalismo de privilégios burgueses. À classe trabalhadora da nação oprimida caberia apoiar a primeira tendência em uma união internacional com a parcela da classe trabalhadora das potências capitalistas que não se deixa corromper por alguns benefícios

⁷ On the other hand, the socialists of the oppressed nations must, in particular, defend and implement the full and unconditional unity, including organizational unity, of the workers of the oppressed nation and those of the oppressor nation. Without this it is impossible to defend the independent policy of the proletariat and their class solidarity with the proletariat of the other countries in face of all manner of intrigues, treachery and trickery on the part of the bourgeoisie. The bourgeoisie of the oppressed nations persistently utilise the slogans of national liberation to deceive the workers.

que somente são conseguidos ao pertencer a uma nação opressora, parcela esta que somente pode ser livre quando tornar livres os povos subjugados.

Referências Bibliográficas

HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

LÊNIN, V. I. Sobre o direito das nações à autodeterminação. IN LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*, vol. 1. São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1979.

LÊNIN, V. I. The socialist revolution and the right of nations to self-determination (theses). IN

LÊNIN, V. I. *Collected works*, vol 22. Progress Publishers: Moscow, 1964a.

LÊNIN, V. I. The discussion on self-determination summed up. IN LÊNIN, V. I. *Collected works*, vol 22. Progress Publishers: Moscow, 1964b.